



**NOTA JURÍDICA: 068/2013/IGAM/SISEMA**

**PROCEDÊNCIA:** Diretoria de Gestão das Águas e Apoio aos Comitês de Bacia

**DATA:** 15 de março de 2013

**ASSUNTO:** ANÁLISE DE CONSULTA – PROCESSO SELETIVO – ENTIDADE EQUIPARADA A AGÊNCIA DE BACIA HIDROGRÁFICA – PRINCÍPIO DA ISONOMIA E DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA - RESOLUÇÃO CONJUNTA SEMAD/IGAM Nº 1.044/2009 – LEI ESTADUAL Nº. 13.199/99 – CONSIDERAÇÕES.

**NOTA JURÍDICA**

**I – RELATÓRIO**

Foi encaminhado a esta Procuradoria, para análise jurídica, o MEMO.DGAC.IGAM.SEMAD nº 31/2013 contendo consulta acerca da legitimidade do Edital do Processo Seletivo nº002/2013 para elaboração de Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, promovido pela Entidade Equiparada a Agência de Bacia Hidrográfica, **Associação Multissetorial de Usuários de Recursos Hídricos do Rio Araguari - ABHA**, em especial no que diz respeito à especificação da personalidade jurídica do contratado.

Junto ao memorando acima citado foram apresentados os seguintes documentos:

- Aviso de Processo seletivo nº 002/2013 – Coleta de preços (fl. 01);
- Carta convite (fl. 02); e
- Termo de Referência (fls. 04/22).

Em apertada síntese, é o relatório.

**II – FUNDAMENTOS**

Trata-se de consulta jurídica quanto à legitimidade do processo de seletivo nº 002/2013, realizado pela ABHA, Entidade Equiparada à Agência de Bacia, com o intuito de contratar pessoa jurídica para elaborar Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (PGIRS) do consórcio 4 Ambiental.



ESTADO DE MINAS GERAIS  
Advocacia-Geral do Estado  
Procuradoria do IGAM

Ressaltamos, de início, que esta Procuradoria se restringirá a análise do ponto específico posto na consulta, que diz respeito à especificação da personalidade jurídica do contratado (Instituição de Ensino, Pesquisa e Extensão) face ao princípio básico da igualdade, não nos cabendo apreciação do ponto de vista da conveniência, oportunidade da contratação, tampouco da formalidade do processo seletivo, eis que a entidade equiparada tem autonomia técnica, administrativa e financeira, conforme art. 47 e parágrafos da Lei Estadual 13.199 de 29 de janeiro de 1999.

*Art. 47 - O CERH-MG poderá atestar a organização e o funcionamento de associações regionais e **multissetoriais civis de direito privado e reconhecê-las como unidades executivas descentralizadas, equiparadas às agências de bacias hidrográficas** de que trata esta lei, mediante solicitação do comitê de bacia hidrográfica.*

*§ 1º - A natureza jurídica da organização administrativa de consórcio intermunicipal ou associações regional e multissetorial de usuários de recursos hídricos será estabelecida no ato de sua criação, na forma de organização civil voltada para recursos hídricos.*

*§ 2º - As agências de bacias hidrográficas ou as entidades a elas equiparadas celebrarão contrato de gestão com o Estado.*

*§ 3º - O contrato de gestão previsto no § 2º, para os efeitos desta lei, é o acordo de vontades, bilateral, de direito civil, celebrado com a finalidade de assegurar aos consórcios intermunicipais e às associações regionais e multissetoriais de usuários de recursos hídricos autonomias técnica, administrativa e financeira.*

*§ 4º - Os critérios, as exigências formais e legais e as condições gerais para a celebração do contrato de gestão serão objeto de regulamento, aprovado por meio de decreto.*

Pois bem, passamos agora a tecer comentários sobre a especificação contida no Edital de Processo seletivo nº 002/2013 — Coleta de Preços, quanto à personalidade jurídica da sociedade empresária a ser contratada. No documento de fls. 01, 02, bem como no termo de Referência de fls. 04/22, todos parte integrante do Edital ora em análise, **percebe-se que a contratação foi direcionada às Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão.**



A Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044 de 30 de outubro de 2009, estabeleceu procedimentos e normas para a aquisição e alienação de bens, para a contratação de obras e serviços e seleção de pessoal, bem como estabelece a forma de repasse, utilização e prestação de contas com emprego de recursos públicos oriundos da Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos, no âmbito das Entidades Equiparadas à Agência de Bacia Hidrográfica do Estado de Minas Gerais e em seu art. 12 dispõe sobre a modalidade de Coleta de Preços:

*Art. 12 - Coleta de Preços é a modalidade de Processo Seletivo em que poderão participar quaisquer interessados que atendam as exigências do Ato Convocatório, inclusive quanto à apresentação dos documentos constantes dos artigos 20 a 24 desta Resolução, sendo obrigatória para todas as compras e serviços/obras com valores acima de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).*

Verifica-se, portanto, que a modalidade utilizada para a contratação pretendida não comporta a restrição feita no Edital em comento, uma vez que a legislação atinente foi clara e objetiva no sentido de que a participação no processo seletivo por meio da modalidade de coleta de preços é aberta a qualquer interessado que atenda às exigências do ato convocatório. Ademais, não se observa no objeto da contratação nenhuma peculiaridade que justifique tal restrição.

Considerando que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.044 em seu art. 2º estabelece que as aquisições de bens, seleção de pessoal e as contratações serão regidas pelos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, igualdade, vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, estabelecidos no art. 37 da Constituição Federal, conjugado com o art. 3º da Lei 8.666/93, é imprescindível que todos esses princípios sejam observados. Embora a Entidade Equiparada seja regida pelo direito privado, se submete aos princípios basilares da licitação, uma vez que administram recursos públicos.

Maria Sylvia Zanella Di Pietro entende que "o **princípio da igualdade** constitui um dos alicerces da licitação, na medida em que esta visa, não apenas permitir à Administração a escolha da melhor proposta, como também assegurar



*igualdade de direitos a todos os interessados em contratar. Esse princípio, que hoje está expresso no artigo 37, XXI, da Constituição, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais. Na parte final, o dispositivo deixa claro que o procedimento da licitação somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações”.*

Sendo assim, levando-se em consideração que há na legislação que define procedimentos para que as Entidades Equiparadas realizem suas aquisições ou contratações menção expressa quanto à participação de qualquer interessado nos processos que utilizam a modalidade de coleta de preços, entendemos que a restrição de contratação de somente Instituições de Ensino, Pesquisa e Extensão no caso em questão, além de ser contrária à legislação, também fere o princípio da igualdade.

### III – CONCLUSÃO


Diante do exposto, esta Procuradoria entende que a restrição quanto à personalidade jurídica da sociedade empresária a ser contratada posta no Edital do Processo Seletivo nº 002/2013 fere o princípio da igualdade.

É o parecer, submetido à superior apreciação.

Belo Horizonte, 15 de março de 2013.

  
Giovanna De Mingo Babsky  
Mat.84989-7 OAB/MG 93.805

De acordo: 17/03/13.

  
Gustavo Chaves Carreira Machado  
Procurador do Estado  
OAB/MG 90.644 – MASP 1.120.512-7